**OFÍCIO Nº XXX/2020 – MPPI/PGJ/PJXXX**

Local e data.

A Sua Senhoria o (a) Senhor (a)

**XXX**

Oficial de Registro Civil

**Assunto:** Reconhecimento de paternidade

Senhor (a) Oficial,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO**, por seu representante abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais, com base nos arts. 109 da Lei nº 6.015/73, art. 201 da Lei nº 8.069/90, art. 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.560/92 e Provimento nº 16/CNJ, vêm encaminhar Termo de Reconhecimento de Paternidade referente à criança/adolescente **XXX**, a fim de que sejam adotadas as providências legais para averbação no registro de nascimento.

Ressalto que, nos termos do art. 102, §6º da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), são gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.

Realizada a averbação, seja encaminhado o mesmo para esta Promotoria de Justiça.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Promotor (a) de Justiça**